



Ministério da Educação

ATA DE REUNIÃO

ATA DA 4ª REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DO PLANO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (GT-PNAES) em cinco de agosto de dois mil e vinte e cinco, com início às nove horas e trinta minutos e com término às 11h56min, a reunião teve como objetivo central a discussão de 3 programas: **PEM** (Programa Estudantil de Moradia) (Arts. 11 a 14); **PATE** (Programa de Apoio ao Transporte do Estudante) (15 ao 17); **PASES** (Programa de Alimentação Saudável na Educação Superior) (Arts. 20 e 21) no contexto da regulamentação da nova Lei nº 14.914/2024 que institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), sancionada em 2024. A reunião foi realizada na plataforma virtual *Teams*. Estiveram presentes, como membros do Grupo de Trabalho (GT) instituído pela Portaria nº 244, de 14 de abril de 2025 e participantes convidados: Fábio da Silva Paiva, Representante da Secretaria-Executiva (SE/GAB/MEC); Artur Antônio dos Santos Araújo, Coordenador-Geral (SESU/DIPPES/MEC); Adriana Carla Teixeira da Costa Brito, Coordenadora de Relações Estudantis (CGRED/DIPPES/SESu); Itamá Rodrigues Silva Filho, Chefe de Serviço (CGRED/DIPPES/SESu); Sandro Augusto Silva Ferreira, representante suplente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES); Alexandre Marafon Favero, representante suplente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Carlos Eduardo Moreno Sampaio, representante titular do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) Vinícius Soares, Representante da Associação Nacional dos Pós-Graduandos (ANPG); Aloisia Rodrigues Hirata, participante convidada e representante do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar (Cecane/IFSULDEMINAS); Roselma Lucchese, representante titular da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES); Muriel Carneiro, participante convidada e representante da Rede de Restaurantes Universitários da Universidade Federal Fluminense (REDE RU/UFF); Maria Luiza Dias Martins Garcia, participante convidada e representante da Federação Nacional dos Estudantes em Ensino Técnico (FENET); Karina Alves de Castro Pinto, participante convidada e representante do Grupo de Trabalho das Nutricionistas da Rede Federal Fernanda Rodrigues Targino, Representante da Secretaria-Executiva (SE/GAB/MEC); Nathalia da Mata Atroch, representante do Fórum de Políticas Estudantis do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (FPE/CONIF); Tobias Pereira Soares Filho, Técnico em Assuntos Educacionais (SE/SCA/MEC); Jonas Figueira Minduca, assistente administrativo (SESU/CGRED/MEC), Janice Araujo Silva Almeida, assistente administrativo (SESu/CGRED/MEC); Lilian Carvalho do Nascimento, Coordenadora-Geral de Programas de Educação Superior (CGPES/SESu); André Luís de Jesus Fernandes, representante titular do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); Borba David Coimbra, representante suplente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); Amanda Machado dos Santos, Assessora de Gabinete da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC); André Viti Garavaglia Marianno, Secretaria de Educação Básica/SEB/MEC; Érika Sabrina Freitas da Costa, participante convidada e representante da Secretaria Nacional do Movimento de Casas de Estudantes (SENCE); Simone Pereira Costa Benck, representante suplente da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM); Cinthia de Andrade Pereira, representante do Fórum Permanente de Educação do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (FPE/CONIF); Naita Aparecida Nunes de Lima, representante titular da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ); Marcelo Augusto Barbosa da Silva, representante suplente da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ); Pierry Teza, Coordenador-Geral de Projetos e Supervisão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT/SETEC/MEC); Bárbara Ribeiro Dourado Pias de Almeida, representante da Assessoria de Participação Social e Diversidade (APSD/ASPADI/MEC) e em

representação à chefe de assessoria Elayne Messias Passos; Yann Evanovick Leitão Furtado, Coordenador-Geral da Juventude (CGJUV/SECADI/MEC); A reunião foi oficialmente aberta por **Fábio da Silva Paiva (SE/GAB/MEC)**, da Secretaria Executiva do Ministério da Educação, que solicitou a continuidade do procedimento padrão das reuniões, consistente na apresentação dos participantes no momento da primeira fala para facilitar a transcrição da ata e evitar a rodada de apresentações. Informou que a SESu e SETEC conduziram a reunião e os membros e entidades que se inscreveram previamente para falar sobre o tema teriam até 10 minutos para fazerem suas apresentações. Posteriormente, quem tivesse interesse em realizar debates dentro daquele tema teria 3 minutos de fala, visando a dinâmica da reunião, e caso quisesse falar mais, poderia se inscrever novamente, oportunizando a participação de mais pessoas. Finalizou sua fala e repassou a palavra para o Artur dar início aos trabalhos, solicitando que listasse os colaboradores que participariam dessa reunião. **Artur Antônio Dos Santos Araujo (SESU/GAB/MEC)** iniciou sua fala agradecendo a presença de todos e apresentou a Sra. Érica Sabrina Freitas da Costa, representante da Secretaria Nacional de Casa de Estudantes – SENCE, que seria indicação deliberada na reunião passada. Apresentou também a Sra. Muriel Carneiro, representante da Rede de Restaurantes Universitários - Rede RU. Além disso, agradeceu a presença de André Luiz representante do FNDE e explicou que Karina, que também estaria representando o FNDE e que falaria sobre a questão de transporte e alimentação não pôde comparecer devido a conflitos de agenda. Afirmou que a reunião contaria com a participação de instituições com tempo de fala mencionou que as contribuições dos participantes convidados seriam fundamentais para a discussão dos temas da reunião, especialmente nas áreas de moradia estudantil, alimentação e transporte. Questionou se Amanda, juntamente com Pierry, representantes da SETEC poderiam iniciar as apresentações, ao que foi repassada a fala para Amanda que confirmou o início das apresentações. **Amanda Machado dos Santos Duarte (SETEC/GAB/MEC)** iniciou sua fala se apresentando, informando trabalhar na SETEC e ser servidora da rede desde 2009 e agradeceu a presença da representante do CECANE/IFSULDEMINAS e da representante do Coletivo de Nutricionistas, Sra. Karina, que é do instituto federal do Espírito Santo. Antes que fosse repassada a fala a Pierry, Artur lembrou sobre a aprovação da Ata da 3ª reunião, ao que Fábio sugeriu o encaminhamento naquele momento para deliberação e aprovação pelos membros do GT ao final da reunião. Em seguida repassou a fala a **Pierry Teza**, Coordenador-Geral Projetos e Supervisão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que apresentou dados sobre a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, destacando que a rede é composta por 38 institutos federais, 2 CEFETs, a Universidade Tecnológica do Paraná, o Colégio Pedro II e 22 escolas técnicas vinculadas a universidades federais. Ele mencionou que a rede possui 686 unidades espalhadas pelo país, com mais 102 unidades em implantação. Pierre destacou que a Rede Federal atende a um público diverso, incluindo estudantes de baixa renda. Ele mencionou que quase 40% das matrículas são de estudantes de famílias com renda *per capita* igual ou menor que um salário-mínimo, e cerca de 50% dos estudantes têm renda per capita de até um salário-mínimo e meio. **Amanda Machado dos Santos Duarte (SETEC/GAB/MEC)** agradeceu a fala de Pierry e destacou a importância das políticas de acesso, permanência e assistência estudantil. Ela destacou que essas políticas são essenciais para garantir que os estudantes, especialmente os de baixa renda, possam ingressar e permanecer na rede federal de educação. Amanda também mencionou que um dos principais desafios da assistência estudantil é a fragilidade em saúde mental dos estudantes. Ela destacou a necessidade de políticas de acolhimento e acompanhamento para transformar esse acolhimento em uma política de permanência. Amanda enfatizou a importância de integrar ações e programas para melhorar a permanência dos estudantes. Ela mencionou que é necessário pensar em estratégias que articulem diferentes programas, como o de acolhimento e saúde mental, para oferecer um suporte mais completo aos estudantes. Adicionalmente, Amanda apresentou dados financeiros mostrando que, em 2024, foram destinados 317 milhões de reais para auxílios financeiros diretos aos estudantes, representando a maior parte dos recursos da assistência estudantil. Amanda destacou a importância da intersetorialidade entre políticas para otimizar os recursos. Ela mencionou que é necessário pensar em como integrar diferentes programas e ações para oferecer um suporte mais eficiente e abrangente aos estudantes. Amanda apresentou uma cartografia de 2019 que mostrou que as relações pessoais, esportes e atividades culturais são as preferências dos estudantes em relação à escola. Ela destacou que esses fatores são fundamentais para a permanência dos estudantes. Mencionou, ainda, que a biblioteca foi um dos pontos mais valorizados pelos estudantes na cartografia. Ela destacou que a biblioteca é fundamental para a permanência

dos estudantes e que muitas cartografias colocaram a biblioteca no ponto central. Após a fala de Amanda, Fábio explicou que a dinâmica de apresentação havia sido combinada previamente e que devido a isso a SETEC usaria um pouco mais de tempo e que a SESu seria mais sucinta. Relembrou que seria aberto o momento para as falas das pessoas inscritas. **Artur Antônio Dos Santos Araujo (SESU/GAB/MEC)** deu sequência à apresentação apresentando dados sobre o Programa de Alimentação Saudável na Educação Superior (PASES), mostrando que, em 2024, foram repassados 330 milhões de reais para o programa. Ele destacou a importância de uma estrutura orçamentária adequada para garantir a continuidade do programa. Artur também apresentou dados sobre o Programa Estudantil de Moradia (PEN), mostrando que, em 2024, foram repassados 61 milhões de reais para o programa. Ele destacou a necessidade de monitoramento e avaliação para garantir sua eficácia. Por fim, Artur apresentou dados sobre o Programa de Apoio ao Transporte ao Estudante (PAT), mostrando que, em 2024, foram repassados 61 milhões de reais para o programa. Ele destacou a importância de uma estrutura orçamentária adequada e a necessidade de monitoramento e avaliação dos programas. Apresentou dados coletados pelo SISPNAES declarados pelas universidades do ano de 2024, da ação 4002 e da 20 RK relativos aos programas apresentados. Finalizada sua fala, Artur repassou a palavra para **Érika Sabrina Freitas da Costa**, representante da Secretaria Nacional de Casa de Estudante – SENCE, que agradeceu pelo convite, se apresentando como graduanda do curso de filosofia na UFPA e iniciou sua apresentação falando sobre a proposta de implementação de um auxílio moradia estudantil contínuo, destacando que a moradia por si só não é suficiente para garantir a permanência dos estudantes. Ela mencionou que o auxílio poderia ser estendido para universidades estaduais e municipais por meio de convênios federativos. Ela destacou a importância do apoio psicológico nas moradias estudantis, mencionando que muitas casas têm um grande número de moradores, o que pode fragilizar a saúde mental dos estudantes. Ela propôs a implementação de apoio psicológico para melhorar a qualidade de vida dos estudantes. Érika mencionou a necessidade de criar novas casas de estudantes, destacando que muitas regiões ainda não contam com essas moradias. Ela ressaltou que a falta de moradia pode levar muitos estudantes a desistirem de iniciar seus estudos e também propôs a criação de um canal permanente de diálogo com o MEC para tratar especificamente das questões relacionadas ao PEN. Ela destacou a importância de manter um diálogo contínuo para identificar e resolver os problemas enfrentados pelos estudantes. Após, **Muriel Carneiro**, que é a representante da Rede de Restaurante Universitários - REDE RU iniciou sua fala se apresentando como Coordenadora da REDE RU e nutricionista da Universidade Federal Fluminense da REDE RU. Muriel destacou a importância da alimentação saudável nas universidades, mencionando que a alimentação atravessa várias políticas da PNAES. Ela ressaltou a necessidade de diretrizes claras para garantir a qualidade da alimentação oferecida aos estudantes. Muriel mencionou a necessidade de regulamentação para a compra de alimentos da agricultura familiar, destacando a importância de promover a sustentabilidade e o desenvolvimento local. Ela mencionou a resolução nº 8 de 2024, que regulamenta a compra de alimentos da agricultura familiar. Por fim, Muriel sugeriu a formação de grupos de trabalho permanentes para a implementação das políticas de alimentação nas universidades. Ela destacou a importância de ter um grupo dedicado a estudar e propor melhorias contínuas para a alimentação estudantil. Após **Aloísia Hirata - CECANE/IFSULDEMCEINAS**, representante do CECANE/IFSULDEMINAS iniciou sua fala destacando a importância da regulamentação da alimentação escolar na rede federal, mencionando que a rede atende diferentes níveis de ensino, o que torna a gestão da alimentação mais complexa. Ela ressaltou a necessidade de diretrizes claras para garantir a qualidade da alimentação e mencionou a necessidade de infraestrutura e orçamento adequados para garantir a execução da alimentação escolar na rede federal. Ela destacou que muitas instituições enfrentam dificuldades para atender todos os estudantes devido à falta de recursos. Em seguida, **Sandro Augusto Silva Ferreira** iniciou sua fala justificando a ausência da reitora Roselma em razão de outro evento e informou que na condição de seu suplente representaria a ANDIFES. Informou que trataria de 3 programas, começando do mais simples ao mais complexo. Iniciou falando sobre o PEM explicando que a forma como ele atualmente está disposto na lei não traz grandes problemas acerca dos termos normativos e que acreditava na possibilidade da construção da regulamentação de forma mais avançada, inclusive contando com essas colaborações do GT. Destacou o desafio orçamentário, sobretudo, o desafio de equipamentos e de pessoal. Reiterou que os eixos centrais, que devem influenciar na constituição do trabalho de regulamentação, passam sobretudo pelas definições orçamentárias. Afirmou que o tema das definições orçamentárias das responsabilidades mútuas com o

orçamento e com o reforço do orçamento, que, ratificou, há grandes expectativas com a aprovação da lei do fundo do social para ação estudantil, é o grande destaque. Ressaltou que no caso do PEM, há a necessidade de reconhecer que uma boa parte das universidades não possuem casas de estudantes e isso, portanto, as impede, por óbvio, de desenvolver o programa que trata exatamente, segundo ele, da existência desse serviço. Afirmou que o PAE, por sua vez, vai abrir a possibilidade desse serviço ser substituído, compensado ou até complementarmente, utilizado por meio do auxílio moradia. Afirmou que do ponto de vista do serviço, a existência da estrutura seria o ponto de partida, destacando a experiência recente do PAC das universidades, que possibilitou de modo muito periférico que algumas universidades buscassem a construção de casas a partir desse recurso. Ressaltou que se houver a expectativa de que esse programa cumpra o seu papel institucional dentro da política, certamente haveria a necessidade de uma estratégia que possibilitasse às universidades construir as suas estruturas, talvez, a partir de modelos bem elaborados, sustentáveis, economicamente, ambientalmente produzidos a partir da própria expertise que o MEC pudesse mobilizar. Segundo ele, a questão dos espaços, desses equipamentos garantidos as instituições que não os possuem e, sobretudo, ajustando aquelas que possuem, que na grande maioria relatam situações de precariedade nas estruturas físicas dessas moradias, seria um passo importante. O terceiro passo, que segundo ele, também seria importante refere-se ao elemento pessoal, que também tem ganhado destaque estruturante de toda a política. Afirmou que além do orçamento, além dos equipamentos, ressaltou que o aspecto de pessoal é um dos maiores desafios para o sucesso da política e a manutenção do funcionamento das residências, e que a regulamentação tem todo o potencial para desenvolver a melhor maneira para garantir o direito e, obviamente, buscar as possibilidades orçamentárias. Citou a importância da contribuição da Sra. Érica, que reconhecia que para avançar para além da garantia do bom funcionamento das residências para outras ações que alcancem os estudantes, dependeria, obviamente, de disposição orçamentária. Trouxe o exemplo da concessão da residência somada ao auxílio residência, que, segundo o entendimento do FONAPRACE, seria incongruente, porque as atribuições seriam as mesmas, mas a possibilidade da concessão de outros apoios financeiros e de serviço para os estudantes das moradias seria obviamente essencial, além de ser praxe na maioria das universidades. No tocante ao Pate, destacou que há uma forte preocupação por parte do FONAPRACE quanto ao texto e como ele é apresentado na lei. Afirmou que há uma expectativa de uma responsabilização por parte das instituições de ensino e, por tabela, do MEC, de garantir o acesso ao transporte gratuito e de qualidade para os estudantes quando esta é uma responsabilidade do poder público. Ressaltou que a regulamentação teria um desafio grande nesse programa, porque precisaria estabelecer o reconhecimento de que o papel de garantir transporte e qualidade é do poder público e não das universidades, e que todo esforço de recurso de construção de um programa de transporte estudantil passa pelas atribuições mais específicas, como por exemplo, a previsão legal de que cabe à universidade garantir o transporte para atividades de pesquisa e de ensino, que naturalmente é responsabilidade da universidade garantir esse transporte, mas a possibilidade de garantir o acesso do estudante das suas cidades ou locais onde não são disponibilizados o transporte público, como está dito textualmente na lei, é algo que é quase impossível para as universidades garantirem e acredito que alternativas a isso serão difíceis de serem encontradas e vão passar talvez por programas que cheguem no FNDE, por exemplo. Ressaltar que a tentativa de buscar construir essa possibilidade da própria universidade garantir esse transporte externo da vinda do estudante, das suas residências até a universidade será necessário muito mais do que se tem atualmente. O Sr. Sandro reconhece o esforço do MEC na tentativa de encontrar saídas para isso, mas afirma que o PATE é um programa que carrega essas limitações já destacadas, tanto no ponto de vista da própria norma, que ignora que a responsabilidade não é das universidades- e acredita que isso pode ser corrigido no texto da regulamentação- quanto por parte da dificuldade de equipamentos e de pessoal, além de recurso de custeio para garantir um serviço como esse de transporte gratuito para os estudantes. Reafirma que não quer desconsiderar a relevância dessa política, porque boa parte da evasão que os estudantes sofrem hoje - e isso prejudica a missão institucional das universidades, passa pela dificuldade do transporte. Então, afirmou que quando o poder público não assume a sua responsabilidade quanto ao serviço de transporte, que inclusive permite que as empresas tornem aquilo que seria uma concessão de interesse público no mecanismo de lucro, dificulta a garantia desse direito. Sugeriu que buscar alternativas a partir da própria universidade seria um caminho, mas ao mesmo tempo seria uma espécie de recuo diante daquilo que deveria ser certo, que é a cobrança do compromisso por parte das empresas, da garantia do serviço de qualidade, já que o auxílio

transporte seria pago para que o aluno pudesse gozar desse direito. Além disso, destacou que a posição clara do FONAPRACE seria pela defesa do passe livre que seria certamente de interesse do MEC, afirmando que os vários Projetos de Lei em trâmite que tratam do tema precisam avançar efetivamente, porque afirmou que é exatamente quando o passe livre estudantil for garantido como lei que o problema será resolvido, já que é necessidade dos alunos chegarem nas universidades, finalizando sua fala em relação ao PATE. No tocante ao PASES agradeceu a contribuição da rede RU, que afirmou conhecer bem as demandas do funcionamento dos Restaurantes Universitários e já produz conhecimento para qualificar o trabalho, que pode ajudar muito na regulamentação, porque, apesar do PASES ser um dos programas da lei que está melhor desenvolvido, que traz elementos bastante avançados em seu texto, ainda há uma série de elementos que vão ajudar a normatizar o direito ao restaurante universitário, que podem vir dessas contribuições técnicas daqueles que, como foi lembrado, estão no chão dos restaurantes, construindo eles diariamente. Destacou novamente elementos que estão ligados a orçamento, estrutura e pessoal. Começou destacando, em termos de orçamento, que o pleito do FONAPRACE é que a Rede RU seja entendida enquanto a espinha dorsal da política nacional de assistência estudantil. Afirmou que esse é o maior dos programas, já que por meio dele se cumpria o ponto de partida da promoção da permanência estudantil. Destacou que é o único que não interessa somente a estudantes vulneráveis, mas a todos os estudantes universitários e das demais esferas de educação e, portanto, interessa à própria instituição de ensino, porque ajuda a cumprir a missão institucional da instituição de ensino quando, por meio do bom funcionamento do RU, garantindo segurança alimentar a todos os estudantes, gera, com isso, impactos acadêmicos conhecidos. Ressaltou que um estudante que se alimenta no RU adequadamente tem uma vida acadêmica muito mais produtiva e dessa maneira ele contribui para a missão social da universidade. Então acho que entender o RU enquanto a política que deve estar na sua regulamentação, prevista enquanto a política com desejo de ser universal gera uma expectativa fundamental e para isso nós acreditamos que é necessário constituir um orçamento específico para os restaurantes universitários. Destacou que a possibilidade de uma rubrica específica, de uma fonte financeira específica, por exemplo, por meio do próprio fundo social ou até por meio do próprio FNDE é a garantia de que os restaurantes vão cumprir o papel histórico que hoje cumprem as cantinas escolares na educação básica. Continuou sua fala afirmando que definir um caminho para ter uma fonte orçamentária segura e exclusiva para garantia dessa política é o caminho para que ela cumpra o seu papel para que ela se torne isonômica e nesse ponto ressaltou que ela não é isonômica hoje, já que essa isonomia não é verificada quando há universidade sem Restaurantes Universitários; quando há universidade com RUs na sede, e não no campus ou quando há universidades que oferecem serviços de maior qualidade e outras de menor qualidade em razão de recursos financeiros ou devido a cobrança de taxas de valores por contrato muito mais complicados. Com isso, afirma que tem pensado na possibilidade do MEC constituir um grupo, um setor dentro da própria Coordenação (CGRED) que pensasse especificamente sobre esse tema entendendo o RU enquanto espinha dorsal da assistência estudantil. Afirmou que se houver um setor centralizado que ajude a estudar essa realidade e a propor políticas públicas para esse campo - e até estratégias orçamentárias para esse campo - existiriam condições de cumprir esse papel do RU enquanto estrutura de amplo valor dentro da política nacional de assistência estudantil. Finalizou sua fala reiterando essas posições gerais do FONAPRACE acerca dos 3 programas. Complementou, por fim, que o PATE esqueceu de considerar que o transporte estudantil hoje não é só terrestre, apresentando o pleito específico das universidades do norte que tem os desafios territoriais muito maiores em termos das distâncias em que as cidades estão em relação às suas universidades e o fato de que boa parte desse transporte não passa pelo transporte terrestre, pontuando esse elemento específico em relação ao programa. Após, a fala foi repassa à Sra. **Karina Alves de Castro Pinto**, que agradeceu o convite e se apresentou como nutricionista do Instituto Federal do Espírito Santo, lotada na reitoria e representante do grupo de trabalho das nutricionistas da Rede Federal. Parabenizou a fala da Sra. Heloísa e Sra. Muriel, afirmando que faria uma complementação focando mais sobre especificidades dos Institutos Federais. Sugeriu que houvesse alteração no artigo 4º da Lei PNAES, em relação ao nome do programa, no sentido de poder contemplar os Institutos Federais. Afirmou que o PASES é o programa de alimentação saudável na educação superior, então, visando a contemplação dos Institutos Federais apresenta a sugestão do nome “Programa de Alimentação Saudável e Sustentável na Alimentação Estudantil”, passando a ser PASSAE, alternativamente sugeriu, “Programa de Alimentação das Instituições Federais”, algo mais amplo que pudesse contemplar os Institutos Federais. , justificando que dessa forma ficaria

delimitado somente a Educação Superior, sendo que os Institutos Federais trabalha com outras modalidades. Outra sugestão apresentada por ela, se deu no sentido de que no artigo 13 da Lei PNAES, no que se refere às ações articuladas com outros programas, sugeriu que a proposta fosse articulada também com PNAE, Programa Nacional de Alimentação Escolar e mudar o termo “Restaurantes Universitários” para “Restaurantes Estudantis”, para abarcar tanto as universidades como os institutos federais, já que se trata de um programa dentro de uma única política que contempla tanto as universidades como os Institutos Federais. Reforçou as observações levantadas pela Sra. Muriel e pela Sra. Aloísia quanto as diretrizes da questão do guia alimentar da população brasileira; a questão do quantitativo de profissionais que atuarão; infraestrutura; orçamento, e a importância de especificar melhor essas informações nesse programa. Após sua fala, o Sr. Artur Antônio agradeceu pelas ponderações e destacou que compartilharia o link para envio de contribuições e sugestões por parte dos convidados e caso quisessem apresentar a proposta de redação seria bem-vindo. Reforçou, também, a necessidade de preenchimento da lista de presença, o para registro de participação. Passou a fala para a Sra. **Simone Benck**- representante da ABRUEM que iniciou sua fala afirmando que a Universidade do Distrito Federal é nova, instituída em 2021 e já foi participante da ABRUEM e que atualmente está tentando acompanhar a possibilidade da integração com a PNAEST para que os estados, as universidades estaduais e municipais possam participar de todo o programa. Destacou um ponto para reflexão acerca da inclusão de novos eixos, ressaltando sua importância e a possibilidade de discussão para considerar toda essa dimensão regional que a estados possuem, com a contribuição da ABRUEM de forma mais pontual nesse projeto num futuro momento. Além disso, trouxe também para reflexão a necessidade de pensar um pouco sobre o que é a cultura de compreensão dos auxílios. Ressaltou que é um desafio muito grande para o Ministério - e as estaduais talvez possam fazer parte dessa discussão, polarizar todos os debates em torno dessas políticas, no sentido de disseminação da formação de uma cultura de entendimentos que não é se trata de um assistencialismo, mas muito mais uma condição necessária pra permanência estudantil sem que haja o mesmo sofrimento vivenciado pelas universidades, destacando sua experiência como reitora da UNDF. Afirma que apesar de ser uma Universidade recente que já possui inúmeros benefícios garantidos, como o passe livre já garantido, mas que não deixa de ter tantas outras dificuldades. Afirma que o PIB no DF é altíssimo, sendo um dos maiores da federação, porém, em contrapartida, o índice de desigualdade é gigantesco. Ressalta que a UNDF é uma realidade contraditória por si só, mormente em razão da RIDE, que abarca toda região do entorno, assim como cada estado enfrenta suas próprias realidades. Afirma que a universidade tem sido atravessada por uma politização em cima dessa política de assistência que faz com que o foco para o que realmente precisa ser garantido para que os estudantes tenham direito e acesso se perca. Ela apresenta uma provocação de como qualificar uma discussão, uma formação de cultura para que essas políticas sejam realmente conquistas sociais, econômicas, inclusive políticas, sem que esse debate permaneça sendo atravessado - ainda mais às vésperas do ano de 2026 - em relação as questões ideológicas e questões de garantia de direito, Citou os dados fornecidos pelo SISPNAES referente a 62 instituições, afirmando que apesar de muitas instituições fazerem muito, é significativamente ainda muito pouco perto do que a precisa ser feito para garantir que os estudantes cheguem e permaneçam e ao mesmo tempo qualificar cada vez mais os debates e os ambientes estudantis, qualificar o compromisso dos docentes. Destacou o desafio de se ter uma discussão curricular e como fomentar essa rede de apoio. Citou que talvez com a ABRUEM, que está com 46 instituições, seja possível estabelecer um pacto do que fazer no sentido de qualificar ainda mais esse desenvolvimento de uma cultura de pertencimento, de conquista de recurso público e precisa, sim, ser ampliada, ser qualificada, mas precisa também ser admitida como algo que a já foi conquistado, apesar de tão difícil. Destacou a necessidade de garantia orçamentária, de equipamentos e a ínfima garantia de pessoal para dar conta de tanto e de tudo. Finaliza, reafirmando que universidades têm sido atravessadas por uma discussão mundial sobre isso e também sobre a consciência de que ciência precisa ser humana e precisa pensar nas pessoas, o que não tem se mostrado simples para quem está no “chão” das universidades, não só do ponto de vista da reitoria, mas do ponto de vista da convivência. Ressaltou, por fim, que o desafio é muito grande nesse sentido de cultura, de pertencimento, de que essa política atravessa vitalmente as pessoas e os sujeitos que fazem a educação superior e também a educação pública nesse país. Posterior à sua fala, **Maria Luiza, representante da FENET** se apresentou como estudante de técnica e meio ambiente do Instituto Federal da Rede do Sul de Minas, na cidade de Inconfidentes/MG. e representante da FENET, que é a Federação Nacional de

Estudantes em Ensino Técnico. Esclareceu que a FENET é uma federação que vem desde 2011 representando a vontade dos estudantes em lutar por uma educação pública de qualidade e permanência nos institutos federais em toda a rede técnica do país. Destaca que a organização dos estudantes do movimento estudantil foi muito importante para garantir a democracia no nosso país. Maria Luiza destacou a importância da organização estudantil na luta por uma educação pública de qualidade. Ela mencionou que a FENET tem trabalhado para garantir a construção de bandejões nos Institutos Federais e melhorar a qualidade de vida dos estudantes. Ressaltou a importância da luta por uma educação de qualidade. Maria Luiza ressaltou a necessidade de debater o orçamento federal para garantir a permanência dos estudantes. Ela mencionou que a maior parte do orçamento federal é destinada à dívida pública, enquanto menos de 3% é destinada à educação, o que dificulta a execução de políticas de permanência estudantil. Ressalta que os estudantes têm enfrentado bastantes dificuldades nas reformas dos alojamentos, na garantia da qualidade de vida dos estudantes, e que é uma questão na qual os estudantes têm que estar à frente para conseguir garantir essas conquistas. Traz a provocação de que a educação tem que ser colocada de fato como a principal questão para investimento, e não só no discurso, afirmando que os estudantes são o futuro do país, ressaltando os estudantes da rede técnica que vão sair com uma formação para adentrar no mercado de trabalho e contribuir para a construção do país e trazer essa reflexão do quão importante é a organização (FENET) nesse meio. Finalizou falando que o estudante preza por arte e cultura, ele quer contribuir, ele quer arte e cultura. Ele quer ler e a questão econômica está enraizada, pois se o estudante não come, não dorme bem, ele não vai produzir cultura, ele não vai produzir arte, ele não vai produzir é mudança no mundo. Posteriormente, **Cinthia Pereira**, do Colégio Pedro II, representante do CONIF do Fórum de Políticas Estudantis (FPE/CONIF) iniciou justificando a ausência da Sra. Veruska, que é a representante titular do CONIF, em razão de uma sobreposição de agendas e participação de uma audiência pública. Ressalta que gostaria de dialogar com a fala do Sr. Sandro e da Sra. Maria Luiza. Ressaltou a importância de resgatar a vivência para permitir o diálogo. Reforçou a importância dos pontos nodais apresentados pelo Sr. Sandro acerca da discussão em relação ao passe livre estudantil que seria para além de financiamento e sinalizar sobre a capilaridade com a interiorização dos IFES. Afirma que o transporte é um ponto nodal para garantia da permanência e da qualidade da permanência desse estudante na rede federal. Ressalta que no caso do Pedro II especificamente e de parte dos estudantes da rede federal, uma grande preocupação é que os estudantes são menores, com estudantes da educação infantil, anos iniciais e anos finais. Afirmou que embora boa parte desses estudantes tenham passe livre, os responsáveis precisam levá-los e isso não tem sido contemplado pelo passe. No tocante ao PATE, mencionou que seria importante ter a corresponsabilização dos entes federativos, incluindo os estudantes da rede federal nessas ações, que precisam de bastante articulação. Sobre o PEM, o Programa de Estudantil de Moradia, afirmou que existe uma comissão permanente que discute os programas e foram levantados alguns pontos críticos e bastante importantes, significativos pra regulamentação da política, que seriam: a importância da construção e a manutenção das moradias estudantis, que boa parte da rede não tem moradia estudantil; pensar em recursos humanos e profissionais que apoiem a execução desses serviços com qualidade; a construção de protocolos de segurança, protocolos operacionais que garantam a qualidade do serviço nas moradias estudantis. Ressaltou também a importância de ter como diretriz a infraestrutura e condições de moradia digna, o que precisar ser pensando no momento da regulamentação, bem como, em protocolos mais operacionais, práticos, e critérios pra que os estudantes tenham qualidade quando da prestação desse serviço de moradia, com qualidade digna. Em complementação à fala da Sra. Cinthia, **Nathalia da Mata (FPE)** se apresentou como professora do Instituto Federal de Pernambuco e representante do Fórum de Políticas Estudantis – FPE do CONIF e ressaltou a discrepância de orçamento das universidades em comparação ao orçamento da assistência estudantil. Afirma que de 549 milhões de todo o recurso da assistência da rede, 543 é destinado ao PASES, no caso das universidades. Destaca a existência de dificuldade orçamentária na rede federal muito significativa para financiar a assistência estudantil, pontuando a questão da alimentação. Ela frisa que atualmente a alimentação executada especialmente a partir do subsídio de recursos fornecidos pelo FNDE em relação ao Programa Nacional de Alimentação e Nutrição Escolar - PNAE, que tem um histórico interessante para se pensar a questão das normativas técnicas e nutricionais para execução de um programa de alimentação saudável. Destaca que seria relevante de que o GT de Regulamentação do PNAES utilizasse o PNAE como uma referência normativa e técnica para desenvolvimento do PASES. Porém, destaca que é

destinado para Rede Federal 60 milhões referente ao PNAE, o que demonstra que esse programa é subfinanciado em relação à alimentação. Dessa forma, ela defende a existência de uma ação orçamentária específica para alimentação escolar. Ressalta que esse programa é a espinha dorsal para permanência do estudante na instituição, além de ser um programa de assistência relacionada a uma questão de saúde, também de segurança alimentar, ele também é de convivência, de participação e gera vínculo, então afirma que a alimentação não é somente a ingestão de nutrientes, mas sim uma sociabilidade que está em torno da discussão alimentar como condição de dignidade e de saúde para os estudantes. Destaca que a FENET apresenta o mote “salgado não é almoço” e defende a ideia de que a alimentação escolar precisa ser qualificada para garantir uma boa saúde estudantil. Afirma que é necessário pensar numa ação orçamentária específica para alimentação escolar. No tocante à normativa, ressalta que o fato de ter como referência as normativas que já apoiam a execução do PNAE e o guia de alimentação do próprio governo federal, é possível conseguir parâmetros de execução técnicos interessante. Ressaltou a importância dos programas de Assistência Estudantil estarem integrados, como moradia e alimentação. Cita o exemplo dos campi onde se tem a residência estudantil, onde normalmente os estudantes que são assistidos pelo programa de moradia estão numa condição de vulnerabilidade que é interseccional. Dessa forma, reafirma que não tem como se falar de moradia estudantil, obviamente, sem falar na condição socioeconômica, e que também é importante considerar as questões de gênero e da faixa etária que estão aí colocadas para a boa convivência na moradia estudantil. Afirma que a faixa etária é importante tanto para alimentação, por questões técnicas nutricionais, mas também para moradia. Cita a dificuldade de se fazer a gestão desse atendimento na rede federal devido às diferentes modalidades, já que é necessário atender desde o estudante adolescente até o estudante jovem e jovem adulto, e afirma que essa amplitude de faixa etária é muito significativa e precisa ser considerada em programas como o de alimentação e no programa de moradia. Cita o campus do Instituto Federal de Pernambuco que tem a moradia estudantil somente para estudantes do ensino superior, mas não para os estudantes do ensino básico, em razão dentre outros fatores, da ausência de profissionais do serviço social de psicólogos, de pedagogos que possam estar voltados ao monitoramento e ao acompanhamento de estudantes que estejam em residência nas instituições dificulta bastante a gestão desse tipo de programa na Rede Federal. Posteriormente, mencionou a questão da saúde mental dos estudantes que estão assistidos pelo programa de moradia, principalmente estudantes adolescentes que torna a situação ainda mais sensível. Reforça a necessidade de se pensar numa normativa que oriente a gestão institucional a conduzir o bom monitoramento dos alojamentos e da residência estudantil, tendo atenção aos estudantes que menores de 18 anos, que estão distanciados da família e que vão precisar de todo um apoio específico. para que esse programa seja de fato para permanência. Após, no tocante ao transporte, afirma que é condição fundamental para a permanência nas instituições. Relata que cerca de 38% dos estudantes que responderam a uma pergunta em relação ao fator de risco de evasão no Instituto Federal de Pernambuco indicaram o transporte como fator mais sensível, de grande dificuldade é para a permanência dos estudantes nas instituições. Afirma a necessidade de haver um pacto entre os entes federativos e de uma articulação muito sensível entre estado e município, por se tratar de um problema extremamente complexo. Cita que em razão da capilaridade, os calendários da rede federal não necessariamente seguem os calendários municipais, o que dificulta a assistência e apoio dos estados e especialmente de municípios para o atendimento dos estudantes. Ressalta a realidade dos alunos da região norte, que é ainda mais grave, reforçando a necessidade de um pacto e uma discussão muito significativa entre os entes federativos para uma política mais robusta em relação ao transporte. Afirma que a atuação das instituições é circunscrita em relação ao diálogo entre a importância do transporte e as atividades de ensino em relação, por exemplo, a visitas técnicas, o que demonstra a necessidade de garantia desse benefício para o estudante quando se faz um deslocamento relacionado às atividades acadêmicas, de pesquisa, de ensino, de extensão. Afirma que o deslocamento entre regiões muito longínquas precisa ser pensado a partir desse pacto federativo. Cita que talvez o ponto mais sensível em relação a ao programa de transporte seja a operacionalização da letra da lei de que a instituição faça a garantia do transporte escolar. Finaliza sua fala ratificando o posicionamento de que em relação à alimentação, é preciso uma definição de abrangência de público que garanta uma boa gestão da rede federal, não restringir a uma nomenclatura somente relacionada às universidades, ao ensino superior, e sugeriu que a normatização apresente essa abrangência garantindo o espaço dos estudantes da rede federal. No tocante ao transporte, destacou a importância de articulação com os entes federativos em relação a moradia estudantil,

no caso da Rede Federal, para compor equipes específicas para acompanhamento e monitoramento dos estudantes, especialmente no que tange a condição peculiar e singular de faixa etária. Após o encerramento da fala da Sra. Nathália, a palavra foi passada à Sra. **Barbara Ribeiro Dourados Pias de Almeida (GM/GAB/DEFENDER)** que se apresentou como estudante que foi da assistência estudantil desde a graduação, na Universidade de Brasília por meio de cotas pra políticas públicas e foi integrante da assistência estudantil da casa de estudante, atuando na assistência alimentação e permanência, já que pertencia à família de baixa renda. Informou que também foi representante do movimento nacional da casa dos estudantes por muito tempo e atualmente é pesquisadora sobre o tema de movimento da casa dos estudantes nacional e trabalha na assessoria de participação social e diversidade do Ministério da Educação. Destacou a existência de denúncias relacionadas à vulnerabilidade da assistência estudantil, de estudantes da universidade da UNDF, que relatam situações que contribuem para evasão estudantil, afirmando que tais situações são preocupantes, já que provocam adoecimentos físicos e mentais aos estudantes, resultando em um distanciamento de permanência da universidade. Destacou, nesse contexto, a importância da assistência estudantil que não versa apenas sobre a política, mas sobre recursos que envolvam a estrutura e a cultura administrativa que, por vezes essa cultura e essa administração pode ser excludente e silenciar os movimentos políticos sociais organizados. Destacou a importância da preocupação e cuidado da assessoria de participação social na perspectiva da escuta sensível às pessoas que estão vivendo essa realidade dentro das universidades e acabam sendo vulnerabilizadas diante da ausência de cultura administrativa sensível ao movimento dos estudantes vulneráveis que necessitam da sua permanência dentro da instituição. Afirma que apesar da existência da política, algumas ações silenciam os movimentos dos professores e dos estudantes e é necessário um olhar cuidadoso para essas estruturas, viabilizando um diálogo com gestões, com direções de universidades, para sensibilização sobre o tema. Após, a ata foi aprovada, após deliberação dos participantes. Posteriormente, foi deliberado sobre a participação das pessoas que seriam convidadas para discutir os programas da próxima reunião (INCLUIR e PAS) que acontecerá no dia 19 de agosto de 2025, com previsão de início às 09h e encerramento às 12h. Em seguida, **Yann Evanovick, Coordenador-Geral da Juventude**, representante suplente da SECADI informou que realizaria uma reunião tanto com a diretoria de raça quanto com a diretoria indígena de campo pra verificar se eles teriam interesse em indicar pessoas pra essa escuta e repassaria posteriormente. Além disso, informou que falaria com Thais, responsável por coordenar a área de prevenção e enfrentamento de violência nas escolas e no ambiente educacional. Posteriormente, **Sandro** sugeriu a participação do CONACESSI - Colégio de Gestores de Núcleos de Acessibilidade das Universidades Federais, para contribuir para o Programa INCLUIR e para o PAS recomendou o convite ao Grupo de Formação Continuada de Psicólogos da Assistência Estudantil, que atuam nas IFES e tem contribuído também com diversos debates e até produções de pesquisa no campo da atuação dos psicólogos dentro das universidades. **Nathalia** sugeriu que fosse convidada uma representação dos psicólogos e psicólogas da rede que tem um grupo de trabalho que está se debruçando em relação à legislação. Ficou responsável por solicitar o nome do representante à Rede para posterior repasse ao GT. Se prontificou a fazer o mesmo com o grupo de trabalho que contribuiria para o Programa Incluir. Barbara indicou que teria uma pessoa para contribuir sobre o PAS e Artur solicitou que ela alinhasse com a professora Cicília, para que posteriormente o convite fosse formalizado pela Executiva. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 11h56min.



Documento assinado eletronicamente por **Artur Antônio dos Santos Araújo, Coordenador(a)-Geral**, em 04/11/2025, às 12:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Fabio da Silva Paiva, Gerente de Projeto**, em 04/11/2025, às 14:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6264869** e o código CRC **45B24837**.

Referência: Processo nº 23000.042297/2024-61

SEI nº 6264869